



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 027.2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01342.002687/2020-61

Torna-se público, que o IPEN-CNEN/SP, por meio do setor de **Serviço de Gestão de Compras Nacionais - SEGCN**, sediado na Av. Prof. Lineu Prestes, 2242 – Cidade Universitária – Butantã, São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço total**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar 155 de 27 de outubro de 2016, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 22.06.2020

Horário: 10: 00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **fornecimento de produtos necessários para ensaios microbiológicos no controle de qualidade dos Radiofármacos produzidos no IPEN-CNEN/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será realizada em único item.
- 1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço total**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de **2020**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 113202

Fonte: 0.250.101.00



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

Programa de Trabalho da UNIÃO: 19.662.2206.2478.0001

Elemento de Despesa: 339030

PI: 24780000013

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
- 3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
 - 4.1.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 4.2.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.3.7. Que estejam cumprindo sanção de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, aplicada por qualquer órgão da Administração Pública bem como sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CNEN**;
 - 4.3.8. Que mantenham vínculo (técnico, econômico, financeiro, trabalhista, etc.) com servidor ou dirigente da CNEN. A composição acionária dos fornecedores vencedores será verificada pelo Pregoeiro e, em caso positivo, a contratação/aquisição não será efetivada.
- 4.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

- 4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

6.1.1. **Valor total;**

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total.**
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2,00 (dois) reais**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e**



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 7.19.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço total**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.26.1. No país;
 - 7.26.2. Por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.28.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

- 8.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.8.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.9.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7.** Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação Jurídica:

- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;
- 9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de **3 (três) meses** da data de apresentação da proposta;
- 9.10.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.3.1. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

9.10.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a **apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome do licitante.**

9.11.2. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.12. Declaração de Atendimento aos Critérios Ambientais:

9.12.1. Apresentação de declaração, conforme modelo descrito no **Anexo IV deste Edital.**

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor,



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 9.15.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o **modelo do Anexo III** deste instrumento convocatório.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento
- 11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, fica a CONTRATADA dispensada de quaisquer das modalidades de garantia previstas no citado dispositivo legal.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsto no **item 2.4 do Termo de Referência**.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no **item 13 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital**.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos nos **itens 5 e 11 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital**.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos **itens 7 e 8 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.**

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **item 12 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.**

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6. Não manter a proposta;
- 20.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.3.2. Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;;
- 20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 20.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no **item 15 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.**

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1.** Até **03 (três)** dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail gclicitacoes@ipen.br ou por petição protocolada no endereço: Setor de Protocolo do IPEN-CNEN/SP situado na Av. Lineu Prestes, nº 2242 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo – CEP: 05508-000.
- 21.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6.** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 21.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

- 22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ipen.br.
- 22.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 22.12.3. ANEXO III – Planilha de Preços;
 - 22.12.4. ANEXO IV – Declaração de Atendimento aos Critérios Ambientais.

São Paulo, 28 de maio de 2020

Antônio Helder Vieira

Pregoeiro

IPEN-CNEN/SP

De Acordo:

Efrain Araujo Perini

Gerente do Centro de Radiofarmácia – CECRF

IPEN-CNEN/ SP



Serviço Público Federal
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 027.2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01342.002687/2020-61

1. DO OBJETO

1.1. Fornecimento de produtos necessários para ensaios microbiológicos no controle de qualidade dos Radiofármacos produzidos no IPEN-CNEN/SP conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA COMPRA

2.1.1. Os produtos a serem adquiridos são utilizados nos ensaios microbiológicos do Controle de Qualidade para realização do teste de esterilidade nos radiofármacos e na Monitoração Ambiental das áreas de Produção e Controle de Qualidade, também do Centro de Radiofarmácia da CNEN-IPEN, pelo período de 12 (doze) meses.

2.1.2. Esclarecemos, ainda, que tendo em vista que toda preparação farmacêutica de administração intravenosa deve ser, tal como o radiofármaco, por questão de segurança, livre de contaminação microbiana, a ANVISA estabelece em normas regulamentadas (Resolução RDC 17) pelo Ministério da Saúde, a exigência do referido teste com resultado negativo, como condição para a liberação de tais medicamentos aos pacientes.

2.2. CLASSIFICAÇÃO DO BEM

2.2.1. Trata-se de **bem comum** o objeto em questão, pois conforme detalhado no **item 3** deste Termo de Referência, possui padrões de desempenho e qualidade que podem, e estão objetivamente definidos no presente Termo que deverá ser disponibilizado como anexo deste



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

Edital, padrões estes por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, inciso II do **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.**

2.3. DA NECESSIDADE DE AMOSTRAS

2.3.1. A forma de verificar o atendimento às necessidades técnicas ideais requisitadas nesse processo será por meio de ensaios de validação e certificação do material a ser fornecido. Para esta finalidade são solicitados certificados e amostras ao licitante “provisoriamente classificado em primeiro lugar” no certame licitatório (Acórdão 2368/2013 Plenário - TCU). Além das garantias em relação à qualidade do material, podem-se minimizar custos e prejuízos à administração pública e à sociedade decorrente da compra de material fora das especificações técnicas.

2.4. DA VIGÊNCIA

2.4.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, por igual período nos termos do inciso I, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, por tratar-se de insumos para a produção de Radiofármaco contemplado no Plano Plurianual 2020-2023, programa **2206, objetivo 1193, Meta 052R - Reduzir o Índice de Dependência Internacional em Produtos e Serviços (IAN) de 0,75 para 0,41. – documento SEI 0441912..**

2.5. DO VALOR GLOBAL

2.5.1. No mercado nacional há várias empresas em condições de fornecer os produtos pretendidos com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência. O critério de julgamento será o do Menor Preço Global, pelos motivos relacionados abaixo:

- a) Visando a minimização do custo do processo de aquisição, pois vários fornecedores implicam processos administrativos adicionais, acarretando custos operacionais extras, não sendo vantajoso economicamente à Administração.
- b) Vários fornecedores trariam rastreabilidade dos resultados mais complexa e em muitas vezes, acarretaria & impossibilidade deste rastreamento.
- c) Vários fornecedores inviabilizam a garantia do produto, pelo fato dos produtos possuírem origens diferentes, cada um possuindo condições de garantia distintas, o que, em contrapartida, não acontece, quando temos um único fornecedor, pois pode-se ter uma garantia sobre o material como um todo, propiciando um planejamento mais eficaz e adequado às condições de Trabalho.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A especificação técnica de cada item, objeto deste Termo de Referência, estão no descritivo técnico do Quadro 1.

Quadro 1 – Especificação técnica

Item	Descrição do Item (Objeto)	Unidade de Medida	Quantidade
01	<p>MEIO DE CULTURA PARA TESTE DE ESTERILIDADE TRYPCASE SOY BROTH-TSB</p> <p>1) MEIO PARA A DETECCAO DE MOSTO, LEVEDURA E BACTÉRIA AEROBICA "SOYBEAN CASEIN DIGEST BROTH" (TSB)</p> <p>2) COMPOSICAO POR LITRO DE AGUA PURIFICADA: - PEPTONADE CASEINA (ORIGEM ANIMAL): 17 G - PEPTONADE SOJA: 3,0 G - CLORETO DE SODIO: 5,0 O - FOSFATO DIBASICO DE POTASSIO: 25 G - DEXTROSE: 25 G</p> <p>3) O CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR CONFORME FARMACOPEIA BRASILEIRA, FARMACOPEIA AMERICANA (USP 23 NF23) E FARMACOPEIA EUROPEIA 5.0. E DEVE CONTER: - NUMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE - OS SEGUINTE TESTES E ESPECIFICACOES:</p> <p>A) APARENCIA DO MEIO: AMARELO CLARO E LIMPIDO;</p> <p>B) PH: 7,3 +/- 0.2;</p> <p>C) CONTROLE DE VOLUME EM PROCESSO: 9,0 +/- 0,5 ML;</p> <p>D) NIVEL DE SEGURANCA DE ESTERILIDADE: SEM CONTAMINACAO APOS 14 DIAS A 20-25 GRAUS] CELSIUS E 30-35 GRAUS CELSIUS;</p> <p>E) PROMOAO DE CRESCIMENTO: INOCULACAO MENOR OU IGUAL 100UFC E BOM CRESCIMENTO APOS 72 HS A 20-25°C. PARA CADA MICROORGANISMO ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none">• BACILLUS SUBTILIS - ATCC 6533;• CANDIDA ALBICANS - ATCC 10231;• ASPERGILLUS NIGER - ATCC16404. <p>F) PROMOÇÃO DE CRESCIMENTODE NUTRIENTES NOS MICROORGANISMOS ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none">• BACTEROIDES FRAGILIS - ATCC 25285: BOM CRESCIMENTO APOS 43 HORAS A 33-37 GRAUS;• CELSIUS STAPHYLOCOCCUS AUREUS - ATCC 25923: BOM CRESCIMENTO APOS 24 HORAS A 33-37 GRAUS CELSIUS ;• CLOSTRIDIUM PERFRINGENS- ATCC 13124: BOM CRESCIMENTO	UNIDADE	1.990



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<p>APOS 24 HORAS A 33-37 GRAUS CELSIUS.</p> <p>4) FORNECER O CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO COM VALIDADE DE 1 ANO.</p> <p>5) REFERENCIA: 03014 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>6) APRESENTAÇÃO: <u>CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 9 ML CADA UM.</u></p>		
02	<p>MEIO DE CULTURA PARA TESTE DE ESTERILIDADE TIOGLICOLATO</p> <p>1) COM INDICADOR OXIDO - REDUNDANTE UTILIZADO PARA A DETECCAO DE BACTÉRIA ANAEROBICA E CAPAZ DE DETECTAR BACTÉRIA AEROBICA</p> <p>2) O ANEL ROSA DO INDICADOR DE RESAZURINA DEVE SER MENOR OU IGUAL A 1 CM.</p> <p>3) COMPOSICAO POR LITRO DE AGUA PURIFICADA: - PEPTONA DE CASEINA (ORIGEM ANIMAL): 15 G - LCISTEINA: 0,5 G - DEXTROSE ANIDRA: 5,0 G - EXTRATO DE LEVEDURA: 5,0 G - CLORETO DE SODIO: 2,5 G - TIOGLICOLATO DE SODIO: 0,5 G - RESAZURINA: 0,001G - AGAR: 0,75G</p> <p>4) O CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTARCONFORME FARMACOPEIA BRASILEIRA, FARMACOPEIA AMERICANA (USP 28 NF23) E FARMACOPEIA EUROPEIA 5.0, E DEVE CONTER: - NUMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE- OS SEGUINTES TESTES COM AS ESPECIFICACOES: CRITERIO / ESPECIFICACAO</p> <p>A) APARENCIA DO MEIO: AMARELO CLARO, LEVEMENTE OPALESCENTE E LIQUIDO VISCOSO COM COLORACAO LEVE ROSEA EM SUSPENSÃO MENOR OU IGUAL 1 CM;</p> <p>B) PH: 7,1 +/- 0,2;</p> <p>C) CONTROLE DE VOLUME EM PROCESSO: 9,0 +/- 0,5 ML;</p> <p>D) NÍVEL DE SEGURANCA DE ESTERILIDADE: SEM CONTAMINACAO APOS 14 DIAS A 20-25 GRAUS CELSIUS E 30-35 GRAUS CELSIUS;</p> <p>E) PROMOCAO DE CRESCIMENTO POR INOCULACAO DIRETA: INOCULACAO MENOR E IGUAL 100UFC E BOM CRESCIMENTO APOS 72 HORAS A 30 - 35 GRAUS CELSIUS, PARA CADA MICROORGANISMO ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none">• CLOSTRIDIUM SPOROGENES -ATCC 11437;• STAPHYLOCOCCUS AUREUS - ATCC 6538;	UNIDADE	1.970



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<ul style="list-style-type: none">• PSEUDOMONAS AERUGINOSA - ATCC 9027;• BACILLUS SUBTILIS - ATCC 6633. <p>F) PROMOÇÃO DE CRESCIMENTO DE NUTRIENTES NOS MICROORGANISMOS ABAIXO: BACTEROIDES FRAGILIS - ATCC 25285: BOM CRESCIMENTO APOS 48 HORAS A 33-37 GRAUS CELSIUS</p> <ul style="list-style-type: none">• STAPHYLOCOCCUS AUREUS - ATCC 25923: BOM CRESCIMENTO APOS 24 HORAS A 33-37 GRAUS CELSIUS;• CLOSTRIDIUM PERFRINGENS - ATCC 131241 BOM CRESCIMENTO APOS 24 HORAS A 33-37 GRAUS CELSIUS. <p>5) FORNECEREMOS CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO COM VALIDADE DE 1 ANO.</p> <p>6) REFERÊNCIA: 03015 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>7) APRESENTAÇÃO: <u>CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 9 ML CADA UM</u></p>		
03	<p>PLACA AGAR SOJA TSA IRRADIADA</p> <ol style="list-style-type: none">1) PLACA DE CULTURA PARA A CONTAGEM DE BACTÉRIAS.2) DIÂMETRO DA PLACA: 90 MM3) EMBALAGEM TRIPLA DE CELOFANE.4) COMPOSIÇÃO POR LITRO DE ÁGUA PURIFICADA: - PEPTONA DE CASEÍNA BOVINA: 15 G - PEPTONA DE SOJA: 5 G - CLORETO DE SÓDIO: 5 G - LECITINA: 0,7 G - POLISSORBATO 80 (TWEEN 80): 5 G - TIOSULFATO DE SÓDIO PENTAHIDRATADO: 0,5 G - L. HISTIDINA: 1,0 G - AGAR: 15 G - PH: 7,35) O CERTIFICADO DE ANÁLISE DEVE ESTAR CONFORME FARMACÓPEIA BRASILEIRA, FARMACÓPEIA AMERICANA (USP 28 NF23) E FARMACÓPEIA EUROPEIA 5.0. E DEVE CONTER: - NÚMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE - OS SEGUINTE TESTES COM AS ESPECIFICAÇÕES:<ol style="list-style-type: none">A) APARÊNCIA DO MEIO: AMARELO CLARO, LEVEMENTE OPALESCENTE;B) PH: 7,3 +/- 0,2;C) PESO: 15,7 - 17,0 G;D) DIÂMETRO DA PLACA: 90 MM;E) NÍVEL DE SEGURANÇA DE ESTERILIDADE: SEM CONTAMINAÇÃO APOS 4 DIAS A 20-25 GRAUS CELSIUS E 30-35 GRAUS CELSIUS;	UNIDADE	8.040



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<p>F) TESTE DE FERTILIDADE: INOCULACAO ENTRE 10-100 UNIDADES FORMADORAS DE COLONIA (CFU), BOM CRESCIMENTO EM 48-72 HORAS (24 HORAS PARA PSEUDOMONAS AERUGINOSA) A 28-32 GRAUS CELSIUS E MAIOR OU IGUAL 50 PER COMPARADO A UM LOTE DE REFERENCIA DE TSA DOS MICROORGANISMOS ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none">• ASPERGILLUS NIGER - ATCC 16404;• BACILLUS SUBTILIS - ATCC 6633;• CANDIDA ALBICANS - ATCC 10231;• ESCHERICHIA COLI - ATCC 8739;• STAPHYLOCOCCUS AUREUS - ATCC 6538;• PSEUDOMONAS AERUGINOSA - ATCC 9027. <p>G) DOSE DE IRRADIACAO: 8,0 - 12,0 KGY.</p> <p>6) FORNECERO CERTIFICADO DE IRRADIACAO DAS PLACAS.</p> <p>7) FORNECERO CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO COM VALIDADE DE 1 ANO.</p> <p>8) REFERENCIA: 01139 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>9) APRESENTAÇÃO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS</u></p>		
04	<p>PLACA AGAR SABOURAUD COM GLICOSE E GELOSE 2%</p> <p>1) PLACA DE CULTURA PARA A CONTAGEM DE LEVEDURAS E BOLORES.</p> <p>2) DIAMETRO DA PLACA: 90 MM</p> <p>3) EMBALAGEMTRIPLA DE CELOFANE.</p> <p>4) COMPOSICAO POR LITRO DE AGUA PURIFICADA: - BIO-TRIPCASE: 5,0 G - BIO-TIONA: 5 G - GLUCOSE: 40,0 G - GELOSE: 15 G - PH: 5,6</p> <p>5) O CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR CONFORME FARMACOPEIA BRASILEIRA, FARMACOPEIA AMERICANA (USP 28 NF23) E FARMACOPEIA EUROPEIA 5.0. E DEVE CONTER: - NUMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE - OS SEGUINTE TESTES COM AS ESPECIFICACOES: CRITERIO / ESPECIFICACAO.</p> <p>A) APARENCIA DO MEIO: AMARELO CLARO, LEVEMENTE OPALESCENTE.</p> <p>B) PH: 5,6 +/- 0,2</p> <p>C) PESO: 15,7 -17,0 G</p> <p>D) DIAMETRO DA PLACA: 90 MM</p>		4.990



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<p>E) NIVEL DE SEGURANCA DE ESTERILIDADE: SEM CONTAMINACAO APOS 4 DIAS A 20-25 GRAUS CELSIUS E 30-35 GRAUS CELSIUS;</p> <p>F) TESTE DE FERTILIDADE: INOCULACAO ENTRE 10-100 UNIDADES FORMADORAS DE CLONIA (CFU), BOM CRESCIMENTO EM 48-72 HORAS (24 HORAS PARA PSEUDOMONAS AERUGINOS A 28-32 GRAUS CELSIUS E MAIOR OU IGUAL 50 PER COMPARADO A UM LOTE DE REFERENCIA DE TSA DOS MICROORGANISMOS ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none">• ASPERGILLUS NIGER - ATCC 16404;• BACILLUS SUBTILIS - ATCC 6633;• CANDIDA ALBICANS - ATCC 10231;• ESCHERICHIA COLI - ATCC 8739;• STAPHYLOCOCCUS AUREUS - ATCC 6538;• PSEUDOMONAS AERUGINOSA - ATCC 9027. <p>G) DOSE DE IRRADIACAO: 8,0-12,0 KGY</p> <p>6) FORNECER O CERTIFICADO DE IRRADIACAO DAS PLACAS.</p> <p>7) FORNECERO CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO COM VALIDADE DE 1 ANO.</p> <p>8) VALIDADE MINIMA: 3 - 4 SEMANAS.</p> <p>9) REFERENCIA: 01284 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>10) APRESENTAÇÃO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS.</u></p>		
05	<p>PLACA DE CULTURA AGAR MICROBIAL CONTENT TEST (MCTA) IRRADIADA</p> <p>1) PLACA DE CULTURA QUE SE DESTINA AO CONTROLE MICROBIOLOGICO DE MAOS DE OPERADORES EM AMBIENTE DE SALAS LIMPAS DE HOSPITAIS E INDUSTRIAS FARMACEUTICAS.</p> <p>2) DIAMETRO DA PLACA: 90 MM.</p> <p>3) EMBALAGEMTRIPLA DE CELOFANE.</p> <p>4) COMPOSICAO POR LITRO DE AGUA PURIFICADA: - PEPTONA DE CASEINA BOVINA: 15 G - PEPTONA DE SOJA: 5,0 G - EXTRATO DE LEVEDURA: 6,0 G - CLORETO DE SODIO: 5,0 G - PIRUVATO DE SODIO: 2,0 G - LECITINA DE SOJA: 0,7 G - POLISSORBATO 80 (TWEEN 80): 5,0 G - TIOSULFATO DE SODIO PENTAHIDRATADO: 0,05 G - L. HISTIDINA: 1,0 G - AGAR: 20,5 G - PH: 7,3</p> <p>5) O CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR CONFORME FARMACOPEIA</p>	UNIDADE	3.620



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<p>BRASILEIRA, FARMACOPEIA AMERICANA (USP 28 NF23) E FARMACOPEIA EUROPEIA 5.0 E DEVE CONTER: - NUMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE - OS SEGUINTE TESTES COM AS ESPECIFICACOES: CRITÉRIO/ESPECIFICACAO</p> <p>A) APARENCIA DO MEIO: AMARELO CLARO, LEVEMENTE OPALESCENTE.</p> <p>B) PH: 7,3 +/- 0,2</p> <p>C) PESO: 15,7 - 17,0 G</p> <p>D) DIAMETRO DA PLACA: 90 MM</p> <p>E) NIVEL DE SEGURANCA DE ESTERILIDADE SEM CONTAMINACAO APOS 4 DIAS A 20 - 25 C E 30-35 C.</p> <p>F) TESTE DE FERTILIDADE COM INOCULACAO ENTRE 10-100 UNIDADES FORMADORAS DE COLONIA (CFU), BOM CRESCIMENTO EM 48-72 HORAS (24 HORAS PARA PSEUDOMONAS AERUGINOSA) A 28-32 O E > = 50 PER COMPARADO A UM LOTE DE REFERENCIA DE TSA, PARA OS SEGUINTE MICROORGANISMOS:</p> <ul style="list-style-type: none">• ASPERGILLUS NIGER - ATCC 16404;• BACILLUS SUBTILIS - ATCC 6633;• CANDIDA ALBICANS - ATCC 10231;• ESCHERICHIA COLI - ATCC 8739;• STAPHYLOCOCCUS AUREUS ATCC 6538;• PSEUDOMONAS AERUGINOSA - ATCC 9027 <p>G) DOSE DE IRRADIACAO: 8,0-12,0 KGY</p> <p>6) FORNECER O CERTIFICADO DE IRRADIACAO DAS PLACAS.</p> <p>7) FORNECERO CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO COM VALIDADE DE 1 ANO.</p> <p>8) VALIDADE MINIMA: 2 MESES.</p> <p>9) REFERENCIA: 02019 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>10) APRESENTAÇÃO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS</u></p>		
06	<p>PLACA COUNT-TACT IRRADIADACOM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:</p> <p>1) PLACA DE CULTURA QUE SE DESTINA AO CONTROLE MICROBIOLÓGICO DE SUPERFÍCIES DO AMBIENTE DE SALAS LIMPAS DE HOSPITAIS E INDUSTRIAS FARMACEUTICAS, POR APLICACAO MANUAL OU UTILIZANDOUM APLICADOR.</p>	UNIDADE	5.740



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

<p>2) DIAMETRO DA PLACA: 55 MM.</p> <p>3) EMBALAGEM TRIPLA DE CELOFANE.</p> <p>4) COMPOSICAO POR LITRO DE AGUA PURIFICADA: - PEPTONA DE CASEINA BOVINA: 15 G - PEPTONA DE SOJA: 5,0 G - EXTRATO DE LEVEDURA: 6,0 G - CLORETO DE SODIO: 5,0 G - PIRUVATO DE SODIO: 2,0 G LECITINA DE SOJA: 0,7 G - POLISSORBATO 80 (TWEEN 80): 5,0 G - TIOSULFATO DE SODIO PENTAHIDRATADO: 0,05 G - L. HISTIDINA: 1,0 G - AGAR: 20,5 G - PH: 7,3</p> <p>5) O CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR CONFORME FARMACOPEIA BRASILEIRA, FARMACOPEIA AMERICANA (USP 28 NF23) E FARMACOPEIA EUROPEIA 50. E DEVE CONTER: - NUMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE- OS SEGUINTE TESTES COM AS ESPECIFICACOES: CRITERIO / ESPECIFICACAO</p> <p>A) APARENCIA DO MEIO: AMARELO CLARO, LEVEMENTE OPALESCENTE;</p> <p>B) PH: 7,3 +/- 0,2;</p> <p>C) PESO: 15,7 - 17,0 G;</p> <p>D) DIAMETRO DA PLACA: 55 M;</p> <p>E) NIVEL DE SEGURANCA DE ESTERILIDADE: SEM CONTAMINACAO APOS 4 DIAS A 20-25 GRAUS CELSIUS E 30 - 35 GRAUS CELSIUS.</p> <p>F) TESTE DE FERTILIDADE: INOCULACAO ENTRE 10-100 UNIDADES FORMADORAS DE COLONIA (CFU), BOM CRESCIMENTO EM 48 - 72 HORAS (24 HORAS PARA PSEUDOMONAS AERUGINOSA) A 28 - 32 GRAUS CELSIUS E MAIOR OU IGUAL 50% COMPARADO A UM LOTE DE REFERENCIA DE TSA DOS MICROORGANISMOS ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none">• ASPERGILLUS NIGER - ATCC 16404• BACILLUS SUBTILIS - ATCC 6633• CANDIDA ALBICANS - ATCC 10231• ESCHERICHIA COLI - ATCC 8739• STAPHYLOCOCCUS AUREUS - ATCC 6538• PSEUDOMONAS AERUGINOSA - ATCC 9027 <p>G) DOSE DE IRRADIACAO: 8,0-12,0 KGY</p> <p>6) FORNECER O CERTIFICADO DE IRRADIACAO DAS PLACAS.</p> <p>7) FORNECER O CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO COM VALIDADE DE 1 ANO.</p> <p>8) VALIDADE MINIMA: 4 MESES.</p> <p>9) REFERENCIA: 02007 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p>		
--	--	--



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	10) APRESENTAÇÃO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS.</u>		
07	<p>PLACA AGAR DESCARTAVEL ESTERIL, TAMANHO: 90X15MM COM MEIO DE CULTURA</p> <p>1) DESTINADO AO ISOLAMENTO PRIMARIO DE MICRORGANISMOS ANAEROBIOS FASTIDIOSOS, DENTRE OS QUAIS A BACTERIA CLOSTRIDIUM SPOROGENES.</p> <p>2) ASPECTO FISICO: GEL DE VISCOSIDADE FIRME COR: VERMELHO-ESCURO</p> <ul style="list-style-type: none">• PH - 7,2 +/- 0,2 A 25 GRAUS C COMPOSICAO POR LITRO:<ul style="list-style-type: none">• HIDROLISADO DE PANCREATICO DE CASEINA 10,0G;• PEPTONA DE CARNE DIGESTAO 5,0G;• DIGESTO PANCREATICO DE CORACAO 3,06;• EXTRATO DE LEVEDURA 5,0G;• AMIDO DE MILHO 1,0G;• CLORETO DE SODIO 5,0G;• ÁGAR 10,0-15,0G;• SANGUE DESFIBRINADO DE CARNEIRO 50 ML E AGUA PURIFICADA 1000ML. <p>3) O CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR CONFORME FARMACOPEIA BRASILEIRA, FARMACOPEIA AMERICANA E FARMACOPEIA EUROPEIA.</p> <p>4) REFERENCIA: 01000 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE</p> <p>5) APRESENTACAO: CAIXA CONTENDO 10 TUBOS FRASCOS DE 10ML CADA UM.</p>	UNIDADE	110
08	<p>TUBOS COM MEIO DE CULTURA LIQUIDO MOSSEL</p> <p>1) APLICACAO: ENRIQUECIMENTO SELETIVO E DETECCAO DE ENTEROBACTÉRIAS.</p> <p>2) COMPOSICAO:</p> <ul style="list-style-type: none">• TUBOS DE VIDRO DESCARTAVEIS E ESTEREIS, COM TAMPA DE ROSCA;• CONTENDO 10 ML DE MEIO DE CULTURA LIQUIDO MOSSEL;	UNIDADE	50



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<ul style="list-style-type: none">• COR-VERDE;• PH - 7,2 +/- 0,2 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR 10 GRAMAS DE DIGERIDO PANCREATICO DE GELATINA;• 5 GRAMAS DE GLICOSE MONOIDRATADA;• 8 GRAMAS DE FOSFATO DISSODICO HIDROGENADO DIHIDRATADO;• 2 GRAMAS DE FOSFATO HIDROGENADO DE POTASSIO;• 0,0135 GRAMAS DE VERDE BRILHANTE;• 20 GRAMAS DE BILE DE BOI DESIDRATADA. <p>3) REFERENCIA: 03177 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>4) APRESENTAÇÃO: <u>CAIXA CONTENDO 10 TUBOS FRASCOS DE 10ML CADA UM.</u></p>		
09	<p>PLACAS COM MEIO DE CULTURA SELETIVO AGAR VRBG</p> <p>1) CARACTERISTICAS/ APLICACAO: ISOLAMENTO ENUMERACAO E QUANTIFICACAO DE ENTEROBACTÉRIAS BILE TOLERANTES</p> <p>2) COMPOSICAO:</p> <ul style="list-style-type: none">• PLACAS DESCARTAVEIS ESTEREIS COM TAMPA; MEDINDO 90 MM DE DIAMETRO E 15 MM DE PROFUNDIDADE CONTENDO DE 18 A 22 ML DE MEIO DE CULTURA AGAR VIOLETA VERMELHO NEUTRO BILE GLICOSE (VIOLET RED BILE GLUCOSE - VRBG) SOB A FORMA DE GEL DE VISCOSIDADE FIRME;• COR - PURPURA AVERMELHADO;• PH - 7,4 +/- 0,2 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:<ul style="list-style-type: none">• 7 GRAMAS DE PEPTONA DE CARNE;• 3 GRAMAS DE EXTRATO DE LEVEDURA;• 5 GRAMAS DE CLORETO DE SODIO;• 10 GRAMAS DE GLICOSE MONOIDRATADA;• 0.03 GRAMAS DE VERMELHO NEUTRO;• 1,5 GRAMAS DE SAIS BILIARES;• 0.002 GRAMAS DE CRISTAL VIOLETA;• 15 GRAMAS DE AGAR.	UNIDADE	130



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<p>3) REFERENCIA: 01240 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE</p> <p>4) APRESENTAÇÃO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS</u></p>		
10	<p>TUBOS COM MEIO DE CULTURA LIQUIDO MACCONKEY</p> <p>1) PARA CRESCIMENTO DE MICRORGANISMOS COLIFORMES EM AMOSTRAS DE AGUA, PRODUTOS E MATERIAS-PRIMAS FARMACEUTICAS</p> <p>2) COMPOSICAO:</p> <ul style="list-style-type: none">FRASCO DE VIDRO DESCARTAVEIS E ESTEREIS, COM TAMPA DE ROSCA; CONTENDO 100 ML DE MEIO DE CULTURA LIQUIDO MACCONKEY;COR - PURPURA;PH - 7,3 +/- 0,1 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:<ul style="list-style-type: none">5 GRAMAS DE BILE DE BOI DESIDRATADA;20 GRAMAS DE DIGERIDO PANCREATICO DE GELATINA;10 GRAMAS DE LACTOSE MONOIDRATADA;0,01 GRAMAS DE PURPURA DE BROMOCRESOL. <p>3) CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR DE ACORDO COM FARMACOPEIAS AMERICANA E EUROPEIA.</p> <p>4) REFERENCIA: 03489 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>5) APRESENTAÇÃO: <u>CAIXA CONTENDO 20 FRASCOS DE 90 ML.</u></p>	UNIDADE	30
11	<p>PLACAS COM MEIO DE CULTURA SELETIVO AGAR MACCONKEY</p> <p>1) APLICACAO: CRESCIMENTO E ISOLAMENTO DE BACTERIAS GRAM-NEGATIVAS (ESPECIFICAMENTE E. COLI, DIVERSAS.</p> <p>2) COMPOSICAO: PLACAS DESCARTAVEIS DIAMETRO E 15 MM DE PROFUNDIDADE CONTENDO DE 18 A 22 ML DE MEIO DE CULTURA MACCONKEY SOB A FORMA DE GEL DE VISCOSIDADE FIRME, COR – VERMELHO ROSEO;</p> <ul style="list-style-type: none">PH - 7,1 +/- 0,2 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:	UNIDADE	70



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<ul style="list-style-type: none">• 17 GRAMAS DE DIGERIDO PANCREATICO DE GELATINA;• 3 GRAMAS DE PEPTONA (CARNE E/OU CASEINA);• 1,5 GRAMAS DE SAIS BILIARES (OU BILE DE BOI DESIDRATADA);• 5 GRAMAS DE CLORETO DE SHIGELLA E SALMONELLA) EM AMOSTRAS ESTEREIS COM TAMPA, MEDINDO 90MM DE SODIO;• 10 GRAMAS DE LACTOSE MONOIDRATADA;• 0,03 GRAMAS DE VERMELHO NEUTRO;• 0,001 GRAMAS DE CRISTAL VIOLETA;• 135 GRAMAS DE AGAR. <p>3) CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR DE ACORDO COM FARMACOPEIAS AMERICANA E EUROPEIA.</p> <p>4) VALIDADE MÍNIMAZ 6 (SEIS) MESES.</p> <p>5) REFERENCIA: 01035 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>6) APRESENTACAO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS EM CADA UM.</u></p>		
12	<p>TUBOS COM MEIO DE CULTURA LIQUIDO RAPPAPORT</p> <p>1) APLICACAO: ENRIQUECIMENTO DE BACTÉRIAS DA ESPECIE SALMONELLA COM EXCECAO DE S. TYPHI E S.PARATYPHI.</p> <p>2) COMPOSICAO: TUBOS DE VIDRO DESCARTAVEIS E ESTEREIS, COM TAMPA DE ROSCA; CONTENDO 10 ML DE MEIO DE CULTURA LIQUIDO RAPPAPORT; COR - AZUL;</p> <ul style="list-style-type: none">• PH - 52 +/- 0,2 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:<ul style="list-style-type: none">• 4,5 GRAMAS DE PEPTONA DE SOJA;• 29 GRAMAS DE CLORETO DE SODIO HEXAIDRATADO;• 8 GRAMAS DE CLORETO DE SODIO;• 0,4 GRAMAS DE FOSFATO DE SODIO DIBASICO;• 0,6 GRAMAS DE FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO;• 0,036 GRAMAS DE VERDE MALAQUITA. <p>3) CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR DE ACORDO COM FARMACOPEIAS AMERICANA E EUROPEIA.</p> <p>4) REFERENCIA: 03368 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p>	UNIDADE	30



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	5) APRESENTAÇÃO: <u>CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 10 ML CADA UM.</u>		
13	<p>PLACAS COM MEIO DE CULTURA MODERADAMENTE SELETIVO AGAR XLD</p> <p>1) APLICAÇÃO: ISOLAMENTO DIFERENCIAÇÃO DE ENTEROBACTERIAS</p> <p>2) COMPOSIÇÃO: PLACAS DESCARTÁVEIS ESTERIS COM TAMPA, MEDINDO 90 MM DE DIÂMETRO E 15 MM DE PROFUNDIDADE CONTENDO DE 18 A 22 ML DE MEIO DE CULTURA AGAR DESOXIGLICOLATO DE LISINA - XILOSE (XILOSE LYSINE SEOXICHOLATE - XLD) SOB A FORMA DE GEL DE VISCOSIDADE FIRME, COR - VERMELHO;</p> <ul style="list-style-type: none">• PH - 7,4 +/- 0,2 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:<ul style="list-style-type: none">• 3 GRAMAS DE EXTRATO DE LEVEDURA;• 5 GRAMAS DE L - LISINA;• 7.5 GRAMAS DE SACAROSE;• 7,5 GRAMAS DE LACTOSE MONOIDRATADA;• 3,5 GRAMAS DE XILOSE;• 2,5 GRAMAS DE DESOXIGLICOLATO DE SÓDIO;• 5 GRAMAS DE CLORETO DE SÓDIO;• 6,8 GRAMAS DE TIOSULFATO DE SÓDIO;• 0,8 GRAMAS DE CITRATO FÉRICO AMONÍACAL;• 0,08 GRAMAS DE VERMELHO - FENOL;• 135 GRAMAS DE AGAR. <p>3) REFERÊNCIA: 01248 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>4) APRESENTAÇÃO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS.</u></p>	UNIDADE	70
14	<p>PLACAS COM MEIO DE CULTURA SELETIVO AGAR SAL MANITOL</p> <p>A) APLICAÇÃO: ISOLAMENTO E QUANTIFICAÇÃO DE BACTÉRIAS DA ESPÉCIE STAPHYLOCOCCUS EM AMOSTRAS DIVERSAS</p> <p>B) COMPOSIÇÃO: PLACAS DESCARTÁVEIS ESTERIS COM TAMPA, MEDINDO 90 MM DE DIÂMETRO E 15 MM DE PROFUNDIDADE</p>	UNIDADE	70



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<p>CONTENDO DE 18 A 22 ML DE MEIO DE CULTURA DE SAL MANITOL SOB A FORMA DE GEL DE VISCOSIDADE FIRME; COR - VERMELHO CLARO;</p> <ul style="list-style-type: none">• PH - 7,4 +/- 0,2 CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:<ul style="list-style-type: none">• 5 GRAMAS DE DIGERIDO PANCREATICO DE CASEINA;• 5 GRAMAS DE DIGERIDO PAPTIDICO DE TECIDO ANIMAL;• 1 GRAMA DE EXTRATO DE CARNE;• 75 GRAMAS DE CLORETO DE SODIO;• 10 GRAMAS DE MANITOL,0,025 GRAMAS DE VERMELHO DE FENOL;• 15 GRAMAS DE AGAR. <p>C) CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR DE ACORDO COM FARMACOPEIAS AMERICANA E EUROPEIA.</p> <p>D) VALIDADE MÍNIMA: 6 (SEIS) MESES.</p> <p>E) REFERENCIA: 01047 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>F) APRESENTACAO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS.</u></p>		
15	<p>MEIO DE CULTURA SELETIVO AGAR CETRIMIDA</p> <p>1) PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE BACTERIANA PSEUDOMONAS AERUGINOSA EM AMOSTRAS DIVERSAS, CARACTERISTICAS:</p> <p>2) COMPOSIÇÃO: PLACAS DESCARTÁVEIS ESTÉREIS COM TAMPA, MEDINDO 90 MM DE DIAMETRO E 15 MM DE PROFUNDIDADE CONTENDO DE 18 A 22 ML DE MEIO DE CULTURA AGAR CETRIMIDA SOB A FORMA DE GEL DE VISCOSIDADE FIRME; COR - AMARELO CLARA A INCOLOR;</p> <ul style="list-style-type: none">• PH - 7,2: 0,2; CADA LITRO DE MEIO DE CULTURA E COMPOSTO POR:<ul style="list-style-type: none">• 20 GRAMAS DE HIDROLISADO;• PANCREÁTICO DE GELATINA;• 1,4 GRAMAS DE CLORETO DE MAGNESIO;• 10GRAMAS DE SULFATO DIPOTÁSSICO;• 0,3 GRAMAS DE CETRIMIDA;• 10 MILILITROS DE GLICERINA;	UNIDADE	50



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	<ul style="list-style-type: none">• 13,6 GRAMAS DE AGAR;• AGUA SUFICIENTE PARA COMPLETAR 1000 MILILITROS. <p>3) CERTIFICADO DE ANALISE DEVE ESTAR DE ACORDO COM FARMACOPÉIAS AMERICANA E EUROPEIA.</p> <p>4) VALIDADE MÍNIMA: 6 (SEIS) MESES.</p> <p>5) REFERENCIA 01169 - PLAST LABOR OU EQUIVALENTE.</p> <p>6) 6) APRESENTACAO: <u>PACOTE CONTENDO 10 PLACAS.</u></p>		
--	---	--	--

4. PARÂMETROS TÉCNICOS PARA ADJUDICAÇÃO

4.1. EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO

- 4.1.1. O licitante “**provisoriamente classificado em primeiro lugar**”, deverá no prazo máximo de **15 (quinze) dias uteis**, encaminhar à área técnica do Centro de Radiofarmácia-CECRF **01 (uma) amostra de cada item**, juntamente acompanhada do **Laudo do Controle de Qualidade do Fabricante**.
- 4.1.2. O licitante “**provisoriamente classificado em primeiro lugar**” será **habilitado** e **adjudicado** após envio do Laudo Técnico a Presidente da Comissão de Licitação, aprovado pelo grupo técnico do Centro de Radiofarmácia-CECRF do IPEN-CNEN/SP.
- 4.1.2.1 A **habilitação** e a **adjudicação** do processo licitatório será suspensa por no máximo **25 (vinte cinco) dias uteis**, até a entrega do Laudo Técnico.

4.2. METODOLOGIA

- 4.2.1. Após o recebimento das amostras, as análises serão realizadas em até **05 (cinco) dias úteis** no Centro de Radiofarmácia-CECRF, podendo ser acompanhados por qualquer licitante interessado.
- 4.2.1.1 Todos os licitantes participantes do certame serão comunicados por escrito do dia, horário e local para a realização dos ensaios.
- 4.2.2. Ressalta-se que a análise das amostras será procedida por avaliação objetiva e realizadas por no mínimo **02 (dois) especialistas** lotados no Centro de Radiofarmácia – CECRF.
- 4.2.2.1 Após a análise das amostras será emitido o Laudo Técnico com o resultado das análises pelo grupo técnico do Centro de Radiofarmácia-CECRF do IPEN-CNEN/SP.
- 4.2.3. O Laudo Técnico será apensado ao processo e estará disponível para “vista”, conforme disponibilidade e agendamento prévio.



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

4.2.4. Caso o licitante “**provisoriamente classificado em primeiro lugar**” não enviar a amostra em tempo hábil, o mesmo será inabilitado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de vigência para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do futuro contrato e deverá obedecer ao cronograma de entrega descrito no **item 6 deste Termo de Referência**.
- 5.2. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues no IPEN-CNEN/SP no seguinte endereço: **Travessa “R”, nº 400 – Bairro Butantã – São Paulo - SP**, de **segunda a sexta-feira**, das **09:00h às 16:00h** no setor de **Serviço de Gestão de Almojarifado e Patrimônio - SEGAP** que designará o local onde a fiscalização do **IPEN-CNEN/SP** irá recepcioná-los.
- 5.2.1. O objeto deste termo deverá ser entregue acondicionado em embalagem apropriada, conforme a natureza de cada produto, para garantir a integridade física do conteúdo durante o transporte, em conformidade com a legislação vigente.
- 5.3. O **recebimento provisório** será **imediat**o, realizado pelo(a) fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de **07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

6. CRONOGRAMA DE ENTREGA

6.1. A entrega dos materiais, objeto desta licitação, deverão ser conforme indicado na **Tabela 1**.

Tabela 1 – Cronograma de Entrega

Item	Descrição Do Item (Objeto)	Código IPEN	Unidade	Quantidade Total	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	CALDO SOJA- TRIPCASE (TSB)	14432	UN	1990	175	165	165	165	165	165	165	165	165	165	165	165
2	CALDO TIOGLICOLATO	14412	UN	1970	210	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160
3	ÁGAR SOJA (TSA)	14431	UN	8040	670	670	670	670	670	670	670	670	670	670	670	670
4	ÁGAR SABOURAUD	14413	UN	4990	425	415	415	415	415	415	415	415	415	415	415	415
5	ÁGAR MICROBIAL	15959	UN	3620	320	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
6	PLACAS RODAC	15778	UN	5740	480	480	480	480	480	480	480	480	480	480	480	460
7	ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO 5%	20101	UN	110	55						55					
8	CALDO MOSSEL	12679	UN	50	25						25					



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

9	ÁGAR VRBG (VIOLETA VERMELHO BILE GLICOSE)	12680	UN	130	65						65					
10	CALDO MACCONKEY	18915	UN	30	15						15					
11	ÁGAR MACCONKEY	18918	UN	70	35						35					
12	CALDO RAPPAPORT	12237	UN	30	15						15					
13	ÁGAR XLD (XILOSE LISINA DESOXICOLATO)	12746	UN	70	35						35					
14	ÁGAR SAL MANITOL	12238	UN	70	35						35					
15	ÁGAR CETREMIDA	25427	UN	50	25						25					



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da contratante:

- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor (Fiscal do Contrato) especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições (**novo sem qualquer indício de utilização anterior, sem avarias causadas por transporte inadequado ou ação do tempo**), conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Responsabilizar-se pela troca do objeto deste Termo de Referência, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, sem qualquer ônus adicional para o IPEN-CNEN/SP, enquanto não tiver sido definitivamente aceito, caso não se encontrem dentro das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, divirja do que foi solicitado ou apresentem defeitos e/ou vícios redibitórios;
- 8.1.4. Conceder **garantia** mínima dos materiais, objeto deste edital, pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da aceitação definitiva por parte do fiscal deste contrato;



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 8.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.8. Não se utilizar de mão de obra de menores de **18 (dezoito) anos** para a realização dos serviços inerentes ao fornecimento o objeto deste Termo de Referência;
- 8.1.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato;
- 8.1.10. Preservar o nome da Instituição, para a qual foi contratada, responsabilizando-se pelo seu uso indevido;
- 8.1.11. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito dele decorrentes em quaisquer operações de desconto bancário;
- 8.1.12. Atender com presteza as solicitações do Sr. Fiscal do contrato, que se relacionarem com o objeto deste Termo de Referência;
- 8.1.13. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme exigência do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação para o objeto desta licitação.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1.** O pagamento do serviço entregue e **aceito definitivamente** pela Fiscalização do IPEN-CNEN/SP, será efetuado **mensalmente obedecendo o cronograma de entrega descrito no item 6 deste Termo de Referência**, até o **20º (vigésimo) dia subsequente** à apresentação pela futura Contratada, junto ao **Serviço de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio - SEGAP**, da Nota Fiscal devidamente preenchida e detalhada, devendo indicar em seu corpo o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.
- 12.2.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.** O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária Crédito (OBC), em agência e conta corrente indicados pela futura contratada ou por meio de Ordem Bancária Fatura (OBF), com código de barras, cumprindo-se o estabelecido no Art. 11 da IN-RFB nº 1.234, de 11.01.2012. Será considerada a data de pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária.
- 12.4.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, será realizado desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, no que se refere às retenções tributárias e contribuições que trata as Instruções Normativas (IN) - RFB nº 971 de 13/11/2009 e 1.234 de 11/01/2012; Leis 13.701 e 14.042 de 24/12/2003 e 30/08/2005 respectivamente e Decreto 53.151 de 17/05/2012 da Prefeitura Municipal de São Paulo - P.M.S.P.
- 12.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

- 12.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.11.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa
- 12.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF
- 12.12.1.** Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do **IPEN-CNEN/SP**.
- 12.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 12.14.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 12.15.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

12.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo IPEN-CNEN/SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. REAJUSTE

- 13.1.** Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/ IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, fica a CONTRATADA dispensada de quaisquer das modalidades de garantia previstas no citado dispositivo legal.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. Não manter a proposta;

15.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. Multa moratória de **0,1 % (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor do item inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**;
 - 15.2.2.1 Multa compensatória de **10 % (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.2.2 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 15.2.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;
 - 15.2.2.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;
- 15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

15.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.4.1. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.4.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1. O valor global de referência estimado para aquisição do material, objeto da presente licitação, é de **170.880,10** (cento e setenta mil e oitocentos e oitenta reais e dez centavos).

Item	Descrição do Item (Objeto)	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CALDO SOJA- TRIPCASE (TSB) CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 9 ML CADA UM	UN	1.990	12,30	24.470,37
2	CALDO TIOGLICOLATO CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 9 ML CADA UM	UN	1.970	7,78	15.326,60
3	ÁGAR SOJA (TSA) PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	8.040	5,12	41.164,80
4	ÁGAR SABOURAUD PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	4990	5,77	28.792,30
5	ÁGAR MICROBIAL	UN	3620	6,63	23.988,53



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	PACOTE CONTENDO 10 PLACAS				
6	PLACAS RODAC PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	5740	5,64	32.354,47
7	ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO 5% CAIXA CONTENDO 10 TUBOS (FRASCOS) DE 10ML CADA UM	UN	110	4,68	514,43
8	CALDO MOSSEL CAIXA CONTENDO 10 TUBOS (FRASCOS) DE 10ML CADA UM	UN	50	17,62	880,83
9	ÁGAR VRBG (VIOLETA VERMELHO BILE GLICOSE) PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	130	6,30	819,43
10	CALDO MACCONKEY CAIXA CONTENDO 20 (FRASCOS) DE 90 ML CADA UM	UN	30	28,81	864,40
11	ÁGAR MACCONKEY PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	70	4,99	349,53
12	CALDO RAPPAPORT CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 10 ML CADA UM	UN	30	8,44	253,10
13	ÁGAR XLD (XILOSE LISINA DESOXICOLATO) PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	70	5,31	371,70
14	ÁGAR SAL MANITOL PACOTE CONTENDO 10PLACAS	UN	70	5,88	411,60
15	ÁGAR CETREMIDA	UN	50	6,36	318,00



Serviço Público Federal
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	PACOTE CONTENDO 10 PLACAS				
Total Geral (R\$)					170.880,10 (cento e setenta mil e oitocentos e oitenta reais e dez centavos)

São Paulo, 28 de maio de 2020

Antônio Helder Vieira

Pregoeiro

IPEN-CNEN/SP

De acordo:

Aprovado:

Efrain Araujo Perini

Gerente do Centro de Radiofarmácia – CECRF

IPEN-CNEN/ SP

Katia Cristina lunes Minasian Santos

Coordenadora de Administração e Infraestrutura

IPEN/CNEN-SP



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA ENSAIOS MICROBIOLÓGICOS NO CONTROLE DE QUALIDADE DOS RADIOFÁRMACOS PRODUZIDOS NO IPEN-CNEN/SP, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - IPEN-CNEN/SP E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/ 2020

LIVRO Nº XXX/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01342.002687/2020-61

A Autarquia Federal **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNEN**, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.62, alterada pela Lei nº 6.189, de 16.12.74, com a redação dada pela Lei nº 7.781, de 27.06.89, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações consoante Anexo ao Decreto nº 6.129, de 20.06.07, Inciso VII, “b”, com sede na Rua General Severiano,90 – Botafogo, Rio de Janeiro – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00402552/0001-26, por intermédio do **INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES – IPEN**, Autarquia do Estado de São Paulo, gerido tecnicamente e administrativamente pela CNEN, em conformidade com Convênio celebrado em 31 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo (DOU 25.07.2012), com sede na Av. Prof. Lineu Prestes, 2.242 - Cidade Universitária – Butantã, São Paulo – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 00.402.552/0005-50 e Inscrição Estadual nº 110.670.880.110, neste ato representado pelo **Diretor da Unidade Administrativa de Órgão Conveniado da CNEN, Dr. Wilson Aparecido Parejo Calvo**, casado, Engenheiro de Materiais, portador da Carteira de Identidade nº 12.622.916 expedida pelo Órgão Expedidor SSP/SP e CPF nº 062.993.808-37, residente e domiciliado na Rua Desembargador Júlio Cesar de Faria, 80 - Jardim Bonfiglioli, São Paulo – SP, nomeado pela Portaria MCTIC nº 794, de 14.02.2017, publicada no DOU nº 33, página 5, Seção 2 de 15.02.2017, do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC - pela Portaria CNEN nº 88, de 17 de fevereiro de 2012, publicada no DOU nº 243, página 6, Seção 1, em 18 de dezembro de 2012, e pela Portaria CNEN nº 34, de 30 de junho de 2014, publicada no DOU nº 124, página 16, Seção 1, em 02 de julho de 2014 ambas do Senhor Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, doravante designado CNEN/ IPEN, e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à (Rua) _____, (nº), (Bairro) _____, (Cidade/UF) _____ –



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

CEP: _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____ - (Nacionalidade) – (Cargo), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº **01342.002687/2020-61** em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes e do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico IPEN-CNEN/SP nº 027.2020** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação para o **fornecimento de produtos necessários para ensaios microbiológicos no controle de qualidade dos Radiofármacos produzidos no IPEN-CNEN/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por igual período nos termos do inciso I, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, por tratar-se de insumos para a produção de Radiofármaco contemplado no Plano Plurianual 2020 - 2023, programa **2206, objetivo 1193, Meta 052R - Reduzir o Índice de Dependência Internacional em Produtos e Serviços (IAN) de 0,75 para 0,41**. – Documento SEI 0441912.
- 2.2. A garantia do objeto deste termo de contrato terá prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de contato, para fins de eventual aplicação de penalidade, mesmo depois de expirada a vigência contratual, com vistas à harmonia com a Orientação Normativa AGU nº 51 DOU Seção I, 2.5.2014.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$** (.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **2020**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 113202

Fonte: 0.250.101.00

Programa de Trabalho da UNIÃO: 19.662.2206.2478.0001

Elemento de Despesa: 339030

PI: 24780000013

Nota de empenho: 2020NE de ____/____/ 2020.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no **item 12 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no **item 13 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, fica a CONTRATADA dispensada de quaisquer das modalidades de garantia previstas no citado dispositivo legal.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no **item 5 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por servidor designado pela autoridade competente do IPEN-CNEN/SP, na forma estabelecida no **item 11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

10. CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações do IPEN-CNEN/SP e da CONTRATADA são aquelas previstas no **item 7 do Edital e item 8 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no **item 20 do Edital e no item 15 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no **item 20 do Edital e no item 15 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

12.2.1. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.3. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 17.1.** É eleito o Foro da **Seção Judiciária de São Paulo - SP - Justiça Federal** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Obs.: Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em **02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Paulo, _____ de _____ de 2020

Dr. WILSON APARECIDO PAREJO CALVO
Diretor de Unidade Administrativa de Órgão Conveniado
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES
IPEN-CNEN/SP

SIGNATÁRIO

(Cargo)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

KATIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS

Coordenadora de Administração e Infraestrutura

IPEN/CNEN-SP

RG nº:

CPF nº:

EFRAIN ARAÚJO PERINI

Gerente do Centro de Radiofarmácia – CECRF

IPEN-CNEN/SP

RG nº:

CPF nº:

Obs.: Este Contrato teve a sua minuta aprovada pela Procuradoria Federal, conforme documento SEI nº..... do processo **01342.002687/2020-61**



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 027.2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01342.002687/2020-61

1. PLANILHA DE PREÇOS (R\$)

Item	Descrição do Item (Objeto)	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CALDO SOJA- TRIPCASE (TSB) CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 9 ML CADA UM	UN	1.990
2	CALDO TIOGLICOLATO CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 9 ML CADA UM	UN	1.970
3	ÁGAR SOJA (TSA) PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	8.040
4	ÁGAR SABOURAUD PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	4990
5	ÁGAR MICROBIAL PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	3620
6	PLACAS RODAC PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	5740
7	ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO 5% CAIXA CONTENDO 10 TUBOS (FRASCOS) DE 10ML	UN	110



Serviço Público Federal

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

	CADA UM				
8	CALDO MOSSEL CAIXA CONTENDO 10 TUBOS (FRASCOS) DE 10ML CADA UM	UN	50
9	ÁGAR VRBG (VIOLETA VERMELHO BILE GLICOSE) PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	130
10	CALDO MACCONKEY CAIXA CONTENDO 20 (FRASCOS) DE 90 ML CADA UM	UN	30
11	ÁGAR MACCONKEY PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	70
12	CALDO RAPPAPORT CAIXA CONTENDO 20 TUBOS (FRASCOS) DE 10 ML CADA UM	UN	30
13	ÁGAR XLD (XILOSE LISINA DESOXICOLATO) PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	70
14	ÁGAR SAL MANITOL PACOTE CONTENDO 10PLACAS	UN	70
15	ÁGAR CETREMIDA PACOTE CONTENDO 10 PLACAS	UN	50
Total Geral (R\$)				 (.....)

2. DADOS DA CONTRATADA

CNPJ/MF: _____/_____-____



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

Razão Social:

Endereço:

Dados Bancários: Banco:, Agência:, Conta-Corrente:

Optante Simples
(SIM ou NÃO):

Telefones (....)-

E-mail:@.....

Web Site:

3. REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Cargo/Função:

Carteira de Identidade: Número:, Emissor:

CPF:-.....

Naturalidade:

Telefone: (....)-

E-mail:@.....



Serviço Público Federal

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS

(Razão social da empresa) inscrita no CNPJ n.º: _____, com sede na _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º: _____ e do CPF/MF n.º: _____ para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico IPEN-CNEN/SP n.º: **027.2020** do Processo IPEN-CNEN/SP n.º: **01342.002687/2020-61**, declara expressamente que conhece e atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI, de 19 de janeiro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

(Localidade), _____ de _____ de 2020

Representante da empresa

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020 - UASG 113202

Nº Processo: 01342002687202061. Objeto: Proposta mais vantajosa para o fornecimento de produtos necessários para ensaios microbiológicos no controle de qualidade dos Radiofármacos produzidos no IPEN-CNEN/SP.. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 08/06/2020 das 08h30 às 12h00 e das 12h01 às 16h30. Endereço: Av Prof. Lineu Prestes 2242 Cidade Universitária, Butantã - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/113202-5-00027-2020. Entrega das Propostas: a partir de 08/06/2020 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/06/2020 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital encontra-se disponível nos sites www.comprasnet.gov.br e www.ipen.br.

KATIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS
Coordenador de Administração e Infraestrutura

(SIASgnet - 05/06/2020) 113202-11501-2020NE800075

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ENSINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO nº 01342.001750/2019-17. ESPÉCIE: Acordo de Parceria, Partes: Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN, CNPJ nº00.402.552/0001-26, por meio de sua unidade administrativa Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, CNPJ 00.402.552/0005-50, a Universidade de São Paulo, CNPJ 63.025.530/0001-04 e a empresa RADIOTARGET CNPJ: 28.126.897/0001-13. OBJETO: Executar o projeto "Avaliação pré-clínica de um novo radiotraçador com fins diagnósticos em doenças imuno-milamatórias que expressam o receptor tipo I de Angiotensina II". FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993, Lei 10.973/2004 e Lei 8958/1994. DATA DE ASSINATURA: 08/04/2020. PRAZO DE VIGÊNCIA 270 dias. SIGNATÁRIOS: Sylvio Canuto, Pró-Reitor de Pesquisa Universidade de São Paulo, Wilson Aparecido Parejo Calvo, Diretor IPEN/CNEN-SP e Sofia Nascimento dos Santos, sócia-diretora Radiotarget.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2017; OBJETO: prestação de serviços de publicações de matérias legais dos Correios no Diário Oficial da União (DOU); OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogar o prazo de vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 22/07/2020 até 22/07/2021; CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL; VALOR GLOBAL: R\$ 1.278.476,52; DATA DE ASSINATURA: 04/06/2020.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, COMPLIANCE E SEGURANÇA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N1 SPI

AVISO DE ADIAMENTO
PGE 20000033/2020 - SE/SPI

Objeto - Aquisição de Módulo de Caixa Postal Comunitária 2 - MCPC-02-PF, por meio do Sistema de Registro de Preços. A abertura da licitação designada para o dia 05/06/2020 às 09:00 horas, conforme publicado no DOU do dia 27/05/2020, folha 8, Seção 3, fica adiada para as 09:00 horas do dia 18/06/2020 e o início da Disputa para 18/06/2020 às 10:00 horas.

HERBERT ERNANE DOS SANTOS BASÍLIO
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N1 SPM

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONVÊNIO DE AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA
Convênio nº: 02.001/2020 - AGC WALDIR MANOEL DA COSTA; Data da assinatura: 26/05/2020; Nome da conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC WALDIR MANOEL DA COSTA; Vigência: 20/05/2020 a 19/05/2025. Objeto: Proporcionar atendimento de serviços postais à população da localidade de Waldir Manoel da Costa, pertencente ao Município de Cajamar, através de Agência de Correios Comunitária-AGC Recursos Financeiros: A execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes. Não há previsão de despesas orçamentárias para este instrumento de Acordo de Cooperação Técnica. Fundamentação legal: Instrução Normativa nº 1 de 14/12/2000 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações; Art. 116, caput, da lei 8.666/90; § 3º do art. 2º da Lei nº 6.538/78; Portaria Interministerial N° 4.474, de 31 de Agosto de 2018, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e, tendo ainda como referência legislativa, no que couber, o Decreto n.º 6.170/07 e a Portaria interministerial n.º 507, de 24 novembro de 2011.

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato: 0012/2020; Assinatura: 29/05/2020; Fornecedor: COOPERTRANSROD - Cooperativa de Transportes Rodoviários; Objeto: Prestação de serviços de transportes para SE/SPM; Origem: PGE: 20000038; Vigência: 29/05/2020 a 29/05/2021; Valor Global: R\$ 1.979.860,50; Conta Orçamentária: 72011.44408.010006;

Contrato: 26/2020; Assinatura: 01/06/2020; Fornecedor: POTENZA Empresa de Trabalho Temporário Eireli; Objeto: Prestação de serviços de Mão de Obra Temporária - MOT Carteiro, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais diurnas, suprir necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou demanda complementar de serviços, para a execução de atividades internas e externas, no âmbito da SE/MG; Origem: PGE: 20000007; Vigência: 01/06/2020 a 30/09/2020; Valor Global: R\$ 1.420.082,60; Conta Orçamentária: 20011.44403.190001;

Contrato: 186/2020; Assinatura: 28/05/2020; Fornecedor: A CENTRAL de Mudanças; Objeto: Prestação de serviços de transportes de cofres e armários para valores entre unidades da SE/SPM; Origem: PGE: 19000162; Vigência: 28/05/2020 a 28/05/2021; Valor Global: R\$ 900,00; Conta Orçamentária: 72011.44403.070006;

Contrato: 203/2020; Data Assinatura: 29/05/2020; Fornecedor: EMBRART Indústria de Embalagens e Artefatos de Papel Ltda; Objeto: Aquisição manga de papelão grande e média para CDL-01 da SE/BSBS; Origem: PGE: 19000033; Vigência: 29/05/2020 a 29/05/2020; Valor Global: R\$ 7.948.800,00; Conta Orçamentária: 72031.44402.040000(SPM);

Contrato: 230/2020; Assinatura: 29/05/2020; Fornecedor: MG Terceirização de Serviços Ltda - ME; Objeto: Prestação serviços continuados de apoio aos Centros de Tratamento e Terminais de Carga, Centros de Logística Integrada e Pontos de Retirada da SE/SPI, relativos às etapas do processo de logística integrada, tratamento e encaminhamento de objetos; Origem: PGE 19000275; Vigência: 29/05/2020 a 29/05/2021; Valor Global: R\$ 628.802,57; Conta Orçamentária: 74011.44403.190003;

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato 005/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: TELE TÁXI SERIGY LTDA; Objeto: Prestação de serviço de TÁXI, por chamada, na cidade de Aracaju e Região Metropolitana (grande Aracaju), para transporte de empregados dos Correios da SE/SE; Origem: DL Nº 20000004/2020; Vigência: 02/06/2020 A 02/12/2022; Valor Total: R\$ 16.975,00; Conta Orçamentária: 70011.44403.160005;

Contrato 006/2020; Data de Assinatura: 27/05/2020; Contratada: BETA BRASIL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA; Objeto: Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios; Origem: DL Nº 20000002/2020; Vigência: 27/05/2020 a 05/01/2021; Valor Total: R\$ 154.934,96; Conta Orçamentária: 06011.44403.030003;

Contrato 007/2020; Data de Assinatura: 04/06/2020; Contratada: UGOLINI CAMPOS EIRELI EPP; Objeto: Aquisição de água mineral natural sem gás envasada em garrafão de 20 (vinte) litros, para consumo do pessoal lotado nas Unidades Operacionais, de Atendimento e Administrativas dos Correios, situadas nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande; Origem: PGE Nº 20000002/2020 - SE/MT; Vigência: 04/06/2020 A 04/06/2021; Valor Total: R\$ 62.146,08; Conta Orçamentária: 24011.44402.020001;

Contrato 008/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI ; Objeto: Aquisição de Empilhadeira Manual Patolada 1.500 Kg; Origem: DL Nº 20000007/2020 SE/PB; Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021; Valor Total: R\$ 33.309,00; Conta Orçamentária: 30F0212402 030001;

Contrato 011/2020; Data de Assinatura: 01/06/2020; Contratada: W.W.R. DOS SANTOS AMORIM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI; Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico por demanda em equipamentos que compõem o ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da CONTRATANTE, de modo presencial e/ou remoto, a ser prestado nas Superintendências Estaduais do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima; Origem: PGE Nº 20000007/2020 - SE/GO; Vigência: 01/06/2020 a 01/12/2022; Valor Total: R\$ 835.810,80; Conta Orçamentária: 05011.44403.120001/ 28011.44403.120001/ 06011.44403.120001/ 65011.44403.120001;

Contrato 017/2020; Data de Assinatura: 29/05/2020; Contratada: MAFFENG ENGENHARIA E MANUTENÇÃO EIRELI; Objeto: Prestação de serviços de manutenção da cobertura metálica do CTCE INDAIATUBA; Origem: DL Nº 16/2020; Vigência: 29/05/2020 A 29/05/2021; Valor Total: R\$ 30.087,42; Conta Orçamentária: 74011.44403.050004;

Contrato 018/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: VIDA SERV - SANEAMENTO E SERVIÇOS EIRELI- ME; Objeto: Prestação de serviços de limpeza predial e de sistema de triagem automática (STA), com fornecimento de material de limpeza e higiene, máquinas, equipamentos e utensílios; Origem: PGE Nº 20000007/2020 - SE/SPI; Vigência: 02/06/2020 A 02/12/2022; Valor Total: R\$ 3.781.928,10; Conta Orçamentária: 74011.44403.030003;

Contrato 019/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: FERREIRA COMÉRCIO E MANUTENÇÕES ELETROMECÂNICAS EIRELI; Objeto: Prestação de serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA EM VENTILADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM MG; Origem: PGE Nº 20000019/2020 - SE/MG; Vigência: 02/06/2020 A 02/06/2021; Valor Total: R\$ 155.500,00; Conta Orçamentária: 20011.44403.050002;

Contrato 020/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA; Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico por demanda em equipamentos que compõem o ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dos Correios, de modo presencial e/ou remoto, a ser prestado nas unidades das Superintendências Estaduais de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e remotamente em quaisquer outras unidades da Federação; Origem: PGE Nº 20000004/2020; Vigência: 02/06/2020 A 02/12/2022; Valor Total: R\$ 3.499.059,00; Conta Orçamentária: 20011.44403.120001/ 50011.44403.120001;

Contrato 158/2020; Data de Assinatura: 28/05/2020; Contratada: ROBERT SILVA CONTI EIRELI; Objeto: Prestação de serviço de transporte urbano de carga postal, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU; Origem: PGE Nº 19000456/2019 - SE/SPM; Vigência: 28/05/2020 A 28/05/2021; Valor Total: R\$ 411.944,88; Conta Orçamentária: 72011.44408.010006;

Contrato 200/2020; Data de Assinatura: 28/05/2020; Contratada: SHELTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO; Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva mensal e corretiva por demanda com fornecimento de peças e materiais do sistema de segurança contra incêndio instalado no CTCE Indaiatuba; Origem: PGE Nº 19000124/2019 - SE/SPI; Vigência: 28/05/2020 A 28/05/2021; Valor Total: R\$ 91.078,17; Conta Orçamentária: 74011.44403.050002;

Contrato 201/2020; Data de Assinatura: 29/05/2020; Contratada: CONSTRUTORA STAR LTDA - EPP; Objeto: Prestação de serviços de manutenção predial do tipo corretiva nas instalações imobiliárias dos Correios situadas no Estado de Roraima (SE/RR), compreendendo o provimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos; Origem: PGE Nº 19000703/2019 - SE/RR; Vigência: 29/05/2020 A 29/05/2021; Valor Total: R\$ 156.668,03; Conta Orçamentária: 65011.44403.050004;

Contrato 203/2020; Data de Assinatura: 28/05/2020; Contratada: J L ENGENHARIA E AVALIAÇÕES LTDA; Objeto: Prestação de serviços de elaboração de Laudos de Avaliação Técnica de Imóveis de acordo com a norma ABNT NBR: 14653/2011 ou norma para Avaliação de Imóveis Urbanos do IBAPE/SP - Instituto Brasileiro De Avaliação e Perícias De Engenharia na Superintendência Estadual de Operações de São Paulo Metropolitana; Origem: PGE Nº 19000700/2019 - SE/SPM; Vigência: 28/05/2020 A 28/05/2021; Valor Total: R\$ 63.400,00; Conta Orçamentária: 72011.44403.070009;

Contrato 209/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: TRANSPORTADORA PRINT LTDA; Objeto: Prestação de serviço de transporte urbano de carga postal, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU; Origem: PGE Nº 19000456/2019 - SE/SPM; Vigência: 02/06/2020 A 02/12/2022; Valor Total: R\$ 1.378.348,00; Conta Orçamentária: 72011.44408.010006;

Contrato 220/2020; Data de Assinatura: 02/06/2020; Contratada: I CORDEIRO DE AZEVEDO TRANSPORTES LTDA; Objeto: Prestação de serviço de transporte urbano de carga postal, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU; Origem: PGE Nº 20000027/2020 - SE/RJ; Vigência: 02/06/2020 A 02/12/2022; Valor Total: R\$ 4.489.862,10; Conta Orçamentária: 50011.44408.010006;

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços 003/2020; Data da Assinatura: 28/05/2020; Contratada: Usual Rótulos e Etiquetas Ltda EPP; Objeto: Registro de preço para aquisição de insumos para máquina de arquear; Origem: PGE Nº 19000009/2019 - SE/MG; Vigência: 28/05/2020 a 28/05/2021; Valor Total: R\$ 92.064,00; Conta Orçamentária: 20011.44402.040001;

Ata de Registro de Preços 046/2020; Data da Assinatura: 28/05/2020; Contratada: TONIAZZI ENGENHARIA LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de bens destinados às unidades operacionais; Origem: PGE Nº 19000568/2019 - SE/RJ; Vigência: 28/05/2020 a 28/05/2021; Valor Total: R\$ 30.600,00; Conta Orçamentária: 28B01.12402.010001/ 50F02.12402.010001;

Ata de Registro de Preços 001/2020; Data da Assinatura: 15/05/2020; Contratada: POTENZA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO EIRELI; Objeto: Registro de preço para a prestação de serviços continuados de apoio aos Centros de Tratamento e Terminais de Carga, Centros e Pontos de Retirada de Logística Integrada no âmbito da Superintendência Estadual de Operações do Pará/PA, com prevalência de mão de obra; Origem: PGE Nº 19000004/2019; Vigência: 15/05/2020 a 15/05/2021; Valor Total: R\$ 6.551.433,74; Conta Orçamentária: 28011.44403.190002/ 28011.44403.190003;

Ata de Registro de Preços 002/2020; Data da Assinatura: 15/05/2020; Contratada: POTENZA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO EIRELI; Objeto: Registro de preço para a prestação de serviços continuados de apoio aos Centros de Tratamento e Terminais de Carga, Centros e Pontos de Retirada de Logística Integrada no âmbito da Superintendência Estadual de Operações do Pará/PA, com prevalência de mão de obra; Origem: PGE Nº 19000004/2019; Vigência: 15/05/2020 a 15/05/2021; Valor Total: R\$ 3.730.854,76; Conta Orçamentária: 28011.44403.190002/ 28011.44403.190003;

